



O TUIUTI

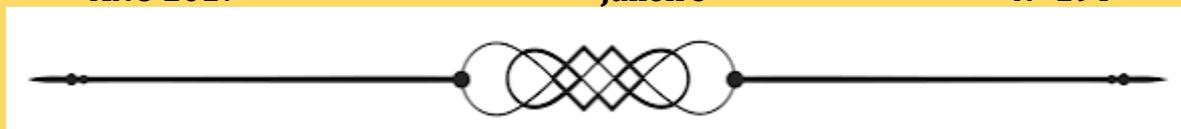
**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL
(IHTRGS)**

**- 280 anos da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais a Rio Grande -
- 100 anos da entrada do Brasil na I GM -**

ANO 2017

Janeiro

Nº 194



PRIMEIRA GUERRA TOTAL

Luiz Ernani Caminha Giorgis - Editor

Em 2012, o historiador norte-americano David A. Bell lançou a obra **Primeira guerra total - a Europa de Napoleão e o nascimento da guerra como a conhecemos** (Rio de Janeiro: Record, 2012, 545 p.). O autor é formado em História pelo Harvard College e possui pós-doutorado pela Universidade de Princeton. Foi professor em Yale e cola-borador do New York Times e da revista Time. É um pesquisador da Revolução Francesa e de Napoleão Bonaparte.

Na obra, Bell cobre o período imediatamente posterior ao desencadeamento da citada Revolução e o advento de Napoleão. O foco é a ação das forças do governo sobre a região da Vendéia (Vendée), que se mostrou claramente contra-revolucionária a partir de 1793. Foi uma sublevação que se revestiu de revolta camponesa e se transformou em movimento contra-revolucionário. Houve um forte componente religioso, posto que a população da Vendéia era católica.

As ações repressoras do governo foram extremamente violentas, com execuções em massa, esfolamentos, estupros, etc. Um verdadeiro genocídio. O General François Joseph Westermann teria declarado (senzapagare.blogspot.com.br):

"A Vendeia já não existe! Morreu sobre os sabres da nossa Liberdade (sic) com as suas mulheres e crianças. Esmaguei as crianças sob as patas dos meus cavalos, massacrei todas as mulheres que nunca mais hão-de gerar bandidos. Não tenho que me censurar por ter feito prisioneiros. Matei-os a todos. As ruas estão cobertas de cadáveres. São tantos que em muitos lugares formam pirâmides".



Bell enfatiza que os ideais de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” da Revolução Francesa não foram válidos na Vendéia. Ocorreu exatamente o contrário. O glamour revolucionário francês ficou esmaecido na Vendéia. Na principal imagem da Revolução (ao lado), a Marianne com os seios expostos é o simbolismo da mãe pátria com sua energia e espírito bélico, mas também pacífica, protetora e maternal. Pois bem, na Vendéia não foi assim.

Introduzidas estas questões, Bell passa a abordar o tema principal, ou seja, o da guerra total. As operações francesas na Vendéia tiveram características da guerra total, tal como as conceituações hodiernas. Na Vendéia ocorreu a primeira guerra total da História.

Atualmente, existem conceituações diversas que, na verdade, possuem um denominador comum, o da utilização de todos os meios possíveis, legais ou não, para vencer o inimigo. Mas é preciso ter cuidado com o exagero dos neologismos: guerra assimétrica, de guerrilhas, irregular, híbrida (com ações violentas ou não), guerra composta, informacional, de I, II, III, IV e V gerações, não linear, por procuração (proxy-war), contemporânea, de baixa e de alta intensidade, global e a guerra permanente; não deixando também de considerar a guerra psicológica, a eletrônica e a cibernética.

O espanhol José Ortega Y Gasset dizia que:

A guerra não é um instinto, mas um invento. Os animais a desconhecem e ela é de pura instituição humana como a ciência e a administração”.

Sobre a Guerra Híbrida, particularmente, o Gen Ex Carlos Alberto Pinto Silva diz que:

Pode-se cogitar ser ela um conflito no qual os atores, Estado ou Não-Estado, exploram todos os modos de guerra simultaneamente, empregando armas convencionais avançadas, táticas irregulares, tecnologias agressivas, terrorismo e criminalidade, visando desestabilizar a ordem vigente. A Guerra Híbrida, para a conquista do Poder, pode ser interpretada com a militarização da teoria do caos.

Recentemente, um general russo criou até uma doutrina, a Doutrina Gerasimov (do General Valery Gerasimov) que nada mais é do que

uma proposta para uma nova forma russa de guerra, que conjuga métodos convencionais e não convencionais de combate com aspectos do poder nacional sendo, com frequência, denominada “guerra híbrida (Military Review, acessível em www.joomag.com).

Salvo melhor juízo, O Tuiuti não vê grandes novidades na tão decantada proposta de Gerasimov, embora seja tema importante e que exige debates e reflexões. E cuidado com os neologismos! *Enquanto os diletantes teóricos civis e militares ficam embevecidos com teorias, doutrinas e neologismos irresponsáveis o exército de verdade se preocupa com a comida na barriga do soldado, com a munição no carregador da arma e com o combustível no tanque da viatura. É com isso que se faz guerra...*

Voltando ao tema, este Informativo recomenda a leitura da obra de David Bell. Trancrevemos, a seguir, a Introdução desse importante trabalho. Boa leitura a todos.

Introdução

Esta será a última guerra.
(CHARLES FRANÇOIS DUMOURIEZ, 1792)

Os anos de 1889 e 1890 foram de júbilo e esperança. Um regime poderoso e abominado não apenas ruiu inesperadamente, como o fez de modo surpreendentemente pouco violento. Em meio a suas ruínas, uma nova ordem internacional parecia tomar forma, construída a partir do respeito à paz, à democracia e aos direitos humanos. O momento pareceu tão transformador que muitos pensadores avançados previram nada menos do que o advento do fim da guerra. A desilusão, no entanto, veio com velocidade cruel. Os anos seguintes não trouxeram paz, e sim uma violência ininterrupta, que as potências dominantes descobriram ser infelizmente difícil de conter. Rapidamente, a expectativa generalizada de fim da guerra deu lugar à igualmente difundida convicção de que uma era de conflito apocalíptico havia começado.

De fato, argumentou-se amplamente que, para derrotar adversários malignos, agora era necessário travar guerras demoradas e de grandes proporções, com medidas outrora condenadas como bárbaras.

O curioso dessa descrição é que ela se aplica igualmente bem a dois séculos diferentes. Mais obviamente para nós, aplica-se ao período que se iniciou em 1989-1990. Mesmo antes de os alicerces apodrecidos da União Soviética terminarem de cair por terra, cientistas políticos de renome defendiam que o fim das guerras estava próximo. Alguns pensavam que o mundo simplesmente começava a banir os conflitos de larga escala. Outros acreditavam que a paz viria da difusão da democracia, pois

democracias supostamente não lutariam entre si. Francis Fukuyama, em um artigo famoso e injustamente desqualificado, associou o fim da guerra ao "fim da história", querendo com isso denotar o fim de conflitos em torno da forma apropriada de sociedade.

Em vez do fim das guerras, claro, seguiu-se uma intensificação do conflito e do perigo: na Guerra do Golfo, na Guerra dos Bálcãs e depois no forte distúrbio global iniciado em 11 de setembro de 2001. Em seguida aos horríveis ataques terroristas daquele dia, o presidente dos Estados Unidos, George Walker Bush, começou a caracterizar a luta entre o Ocidente e seus adversários como o confronto entre as forças da liberdade e as forças do mal. Alguns célebres defensores de seu governo associaram isso à Segunda Guerra Mundial e advertiram que a própria sobrevivência do Ocidente estava por um fio. Alguns afirmaram que, para prevalecer, o Ocidente até mesmo deveria desconsiderar restrições ao comportamento militar.

"Entre nós, mantemos a lei, mas quando operamos na selva, devemos também usar as leis da selva", escreveu o diplomata britânico Robert Cooper em um influente ensaio de 2002. Pouco depois, os Estados Unidos e seus aliados começaram uma guerra preventiva no Iraque, iniciada com uma tentativa explícita de matar o chefe de Estado daquele país. Desde então, operações militares americanas envolveram uma série de conhecidas recaídas nas "leis da selva". Nesse momento, é difícil saber como ou quando o período atual de

instabilidade violenta e de perigo pode vir a acabar.

Tão distante, tão próximo. Porém, surpreendentemente, a descrição se aplica igualmente bem aos anos de 1789/90, quando o colapso do Antigo Regime e o início da Revolução Francesa desencadeou imaginações esperançosas ao redor do mundo. Mesmo antes desses eventos, o pensamento avançado no Ocidente já começava a ver a guerra como um anacronismo em vias de desaparecer. Como escreveu um otimista clérigo inglês em 1784, "aproxima-se o tempo em que o som da trombeta e o alarme da guerra não mais serão ouvidos pela Terra".

Em 22 de maio de 1790, o novo governo revolucionário da França chegou ao ponto de publicar uma renúncia formal às "guerras de conquista", naquilo que foi chamado uma "declaração de paz ao mundo". Nela se prometia que dali em diante a França somente utilizaria suas forças armadas para a autodefesa. Apenas 23 meses mais tarde, contudo, a França invadiu a Bélgica, então sob domínio austríaco, iniciando um conflito que mobilizaria todas as principais potências europeias e continuaria, com breves intervalos, por mais de 23 anos, até a derrota final da França em 1815. Desde o início, ambos os lados concebiam essa longa luta em termos apocalípticos: "uma guerra até a morte", como um de seus primeiros defensores franceses declarou, "que nós lutaremos [...] para destruir e aniquilar todos os que nos atacarem, ou para sermos nós mesmos destruídos". Nenhum lado chegou ao ponto de praticar o extermínio explicitamente, mas guerras de guerrilha desesperadas e tentativas selvagens de reprimi-las geraram atrocidades por todo o continente em uma escala que não voltaria a ser alcançada até a Segunda Guerra Mundial. Como o próprio Napoleão Bonaparte explicou, antecipando Cooper, *"custou-nos caro retornar [...] aos princípios que caracterizaram o barbarismo dos primórdios*

das nações, mas fomos compelidos [...] a lançar mão, contra o inimigo comum, das armas que ele utilizou contra nós".

Desnecessário dizer que os paralelos não podem ser exatos. A incrível amplitude do derramamento de sangue e destruição da Europa napoleônica - isto é, tanto a Europa em que Napoleão viveu como jovem oficial quanto aquela que ele veio a dominar como líder da França - excedeu enormemente tudo o que se viu de 1989 para cá. Mas tampouco são os paralelos meros acasos. O final do século XVIII e o início do XIX assistiram a mudanças fundamentais nas atitudes do Ocidente em relação à guerra e ao começo de um padrão histórico recorrente, do qual os eventos desde 1989 fornecem apenas o exemplo mais recente, embora também particularmente claro. Nesse padrão, o sonho da paz perpétua e o pesadelo da guerra total estiveram vinculados de maneiras perturbadoras e complexas, cada qual a sustentar o outro. De um lado, uma ampla e persistente corrente de opinião pública continuou a ver desaparecer de um mundo civilizado o mais rápido possível; de outro, houve uma tendência recorrente e poderosa a caracterizar os conflitos que efetivamente surgem como lutas apocalípticas a serem travadas até a destruição completa do inimigo e que poderiam ter sobre seus participantes um efeito purificador, quiçá redentor. Hoje em dia, as linguagens indissociáveis da guerra e da paz definem os extremos do pensamento ocidental, em particular o americano, sobre o assunto, com "portavozes" de ambos os lados a desqualificar seus oponentes como espécies de loucos que negam a realidade: as pombas da paz "iludidas" versus os falcões "paranóicos" e "maníacos por guerra".

Alguns comentadores sofisticados interpretaram que essas linguagens refletem circunstâncias históricas recentes. Robert Kagan, por exemplo, estabelece um contraste: de um lado, está

a Europa ocidental, que teria desfrutado de paz sem responsabilidades graças à proteção americana desde a Segunda Guerra Mundial, e que, conseqüentemente, esquiva-se da guerra; de outro, estão os Estados Unidos, que enfrentaram o tormento de ter um oponente após o outro. "Americanos são de Marte, europeus são de Vênus", conclui.

Mas, a rigor, essas linguagens tomaram forma muito antes da Segunda Guerra Mundial. E elas têm mais em comum entre si do que gostam de admitir os dois lados, pois em ambos os casos a guerra figura como algo totalmente excepcional, totalmente externo à ordem social estabelecida. Não surpreende que intelectuais e políticos tenham com certa frequência se associado à ideia de que uma guerra final, aniquiladora, poderia paradoxalmente inaugurar o reino da paz perpétua. Para citar a mais famosa expressão dessa ideia, o tratado de H. G. Wells, *The War That Will End War* [A guerra que acabará com as guerras], de 1914: "*Esta agora é uma guerra pela paz [...] Esta, a maior de todas as guerras, não é apenas mais uma guerra — é a última guerra!*" Cento e vinte dois anos antes, o general e político francês Charles François-Dumouriez prometeu de forma semelhante: "*esta será a última guerra*".

O fato de nós vermos a guerra através de lentes conceituais essencialmente estabelecidas e polidas dois séculos atrás na Europa não significa que nossa visão seja necessariamente distorcida. Obviamente, houve ocasiões em que o Ocidente esteve diante de um perigo apocalíptico. Devemos, todavia, reconhecer o poder e a persistência dessas lentes, bem como os efeitos de distorção que elas podem ocasionar. Na década de 1990, uma relutância em utilizar força militar, em parte fundada na percepção da guerra como uma tolice anacrônica, levou ao sofrimento e à morte em massa nos Bálcãs e em Ruanda, enquanto estadistas ocidentais educada-

mente discutiam sanções e pressão política. Apenas no primeiro caso eles por fim lembraram que existem bárbaros no mundo e que eles respondem somente ao uso da força.

Considere-se também o seguinte: desde setembro de 2001, os Estados Unidos estão envolvidos em uma Guerra ao Terror que custou, até o momento, o mesmo número de vidas civis americanas que se perdem a cada duas semanas e meia em acidentes automobilísticos nas autoestradas do país. É o mesmo número de vidas que a União Soviética perdeu a cada seis horas, em quatro anos agonizantes, durante a Segunda Guerra Mundial. Com todo seu desejo manifesto de adquirir armas de destruição em massa, nossos oponentes neste novo conflito até agora não demonstraram capacidade de empunhar nada mais poderoso do que facas, armas de fogo e explosivos convencionais. Isso pode até ser uma guerra, mas merece realmente comparação com a Segunda Guerra Mundial e seus 50 milhões de mortos? Nem todo adversário é uma ameaça apocalíptica. Mesmo assim, as linguagens com as quais estamos acostumados a discutir guerra e paz tornam difícil fazer emergir esta afirmação. Dito de modo simples, tornou-se muito difícil discutir guerra em termos não apocalípticos.

Por que isso ocorre? Por que o Ocidente sempre retorna àquelas concepções indissociáveis do fim da guerra e da guerra apocalíptica? Não se pretende aqui oferecer uma resposta a toda essa ampla questão. Neste livro, contudo, exploro como e por que o padrão começou.

No centro da história está uma transformação extraordinária. Durante o século XVIII, bem como em séculos anteriores, a maioria das culturas ocidentais aceitava a guerra como uma faceta inevitável, e comum, da existência humana. Governantes ocidentais viam a guerra como seu principal propósito e lutavam continuamente - durante o século XVIII,

não mais do que seis ou sete anos se passaram sem ao menos uma grande potência europeia estar em guerra. Mas desde o fim dos terríveis conflitos religiosos da Reforma, as guerras se tornaram algo relativamente fácil de controlar e restringir. Os exércitos eram relativamente pequenos; as grandes batalhas, relativamente pouco frequentes (embora devastadoras, quando ocorriam); e os civis, relativamente bem tratados. De modo geral, líderes militares viam seus adversários como pares dignos de respeito. Isso não significa dizer que a guerra não fosse aterrorizadora. A guerra é algo aterrorizador por definição. Mas os historiadores precisam ser capazes de distinguir graus de horror, e, se o século XVIII não reduziu exatamente cães de guerra a "cãezinhos amestrados" (como Sir Michael certa vez formulou jocosamente), seus conflitos ainda estão entre os menos terríveis da história europeia.

Essas condições de guerra quase permanente e ao mesmo tempo controlada pareciam inteiramente naturais e apropriadas aos nobres que lideravam os exércitos europeus sob o Antigo Regime. Isso permitia que os valores aristocráticos da honra e do serviço tivessem uma expressão perfeita sem ameaçar seriamente a estabilidade e a prosperidade sociais. A guerra decerto funcionava como uma espécie de teatro da aristocracia, assim como ocorria com as cortes reais da época. Na guerra, vidas e valores aristocráticos eram ostentados em meio a esplendor, refinamento, bravura e demonstrações de autoconfiança absoluta. As elites europeias do século XVIII supunham que esse mundo duraria para sempre. Não se deram conta de que estavam à beira do eclipse total.

A transformação teve origem no plano intelectual. Durante o grande movimento de ideias a que hoje chamamos Iluminismo, pensadores influentes começaram a argumentar que o estado de guerra permanente talvez não fosse, de

fato, o destino inexorável da humanidade. As sociedades humanas, segundo eles, seguiam um mesmo caminho de evolução histórica, do princípio selvagem a níveis cada vez mais elevados de civilização, gentileza e comércio pacíficos. Desse ponto de vista, a situação então prevalente de guerra restrita não representava um equilíbrio natural, mas sim um estágio no caminho rumo ao desaparecimento completo da guerra. Nos tempos modernos, a guerra logo se tornaria um estado de coisas detestável e excepcional, um vestígio grotesco da infância violenta do homem.

Esses pensadores não eram de modo algum os primeiros profetas da paz perpétua: pacifistas filosóficos e religiosos os precederam em muito tempo. Mas para cristãos devotos, em particular, o fato inescapável do pecado original implicava que um reino de paz somente pudesse resultar de uma mudança divina da natureza humana. Os pensadores do século XVIII, ao contrário, descreviam a paz como a culminação de mudanças sociais inteiramente naturais, que já eram visíveis e ocorriam segundo leis cientificamente observáveis. Essa diferença os tornou os pacifistas mais convincentes, e aparentemente mais realistas, que o mundo jamais conhecera, e suas ideias rapidamente se tornaram senso comum entre europeus letrados, incluindo até mesmo muitos nobres e oficiais militares.

Mas ao mesmo tempo em que essas ideias ganhavam popularidade, outros europeus começaram a encarar o abismo da guerra e a ver não somente algo terrível, mas também algo cercado por um terrível fascínio, até mesmo por uma terrível qualidade sublime. Eles começaram a ver na guerra o teste final de uma sociedade e de um indivíduo; começaram a imaginá-la como uma experiência elementar, purificadora, redentora até - e talvez, portanto, como uma experiência desejável. A guerra poderia até ser fundamentalmente estranha a um

modo de vida civilizado, mas seria a "civilização" necessariamente uma bênção? Não poderia a guerra servir como um corretivo à corrupção e à mesquinha da existência civilizada? "A guerra é um dos fenômenos mais saudáveis para o cultivo da raça humana", escreveria o sábio alemão Wilhelm von Humboldt. "É o extremo concebível do assustador." Essa nova glorificação da guerra não marcou, entretanto, um retorno à sua anterior compreensão aristocrática. Ao contrário: a guerra continuou a ser vista como um estado de coisas excepcional e extremo, e não como uma faceta corriqueira da existência humana. Para os entusiastas, já não era uma questão de autocontrole aristocrático, de estabelecer uma reputação emulando um modelo impessoal de glória. A guerra estava se tornando uma questão de autoexpressão romântica. Na verdade, o próprio conceito e a própria experiência do "eu" na guerra estavam mudando.

Antes da Revolução Francesa, ideias desse tipo tinham pouco impacto nos governantes europeus e menos ainda na conduta de guerra, mas durante os primeiros três anos da Revolução (1789/92), um dos mais importantes momentos de fermentação política e cultural de toda a história, elas explodiram na cena principal do debate político no maior e mais poderoso estado europeu.

Durante o mesmo período, a aristocracia francesa perdeu sua posição predominante no Estado e nas Forças Armadas de seu país e viu-se alvo de uma hostilidade revolucionária visceral. Como resultado dessas mudanças, quando a França pegou em armas em 1792, não foi para combater algo como as guerras limitadas conhecidas das potências do Antigo Regime.

O que se seguiu merece o adjetivo "apocalíptico". Os conflitos de 1792 a 1815 não testemunharam nenhum grande avanço da tecnologia militar, mas a

Europa mesmo assim experimentou uma transformação extraordinária no escopo e na intensidade da guerra. Os números falam por si próprios. Mais de um quinto de todas as grandes batalhas travadas na Europa entre 1490 e 1815 ocorreram exatamente nos 25 anos depois de 1790.

Antes de 1790, apenas um punhado de batalhas tinha envolvido mais de 100 mil combatentes. Em 1809, a batalha de Wagram, então a maior jamais vista na era da pólvora, envolveu 300 mil. Quatro anos mais tarde, a batalha de Leipzig mobilizou 500 mil, dos quais 150 mil foram mortos ou feridos. Durante o período napoleônico, a França sozinha contabilizou quase um milhão de mortos de guerra, possivelmente uma proporção mais alta de seus jovens do que aqueles mortos na Primeira Guerra Mundial. Na Europa inteira, o número total de vítimas pode ter chegado a 5 milhões. Em um processo sem precedentes, as guerras trouxeram alterações significativas no território ou no sistema político de cada um dos Estados europeus. A luta de guerrilha deixou feridas abertas em regiões da Espanha, da Itália, da Áustria, da Suíça e da própria França. Essa, portanto, foi a primeira guerra total.

O conceito de "guerra total" merece uma explicação. Sua ressonância é enorme, e muitos historiadores usaram-no para descrever as guerras de 1792-1815. Parece também, contudo, tratar-se de um daqueles conceitos que ficam mais confusos à medida que dele nos aproximamos. "Guerra total" é frequentemente definida como aquela que envolve a mobilização completa dos recursos de uma sociedade para atingir a destruição absoluta de um inimigo, apagando-se qualquer distinção entre combatentes e não combatentes. Essa formulação parece, à primeira vista, bastante clara. Mas será que alguma guerra real corresponde a esse padrão ideal? (Até mesmo um conflito termonuclear de grandes proporções não envolveria a

mobilização de todos os recursos de uma sociedade!) Caso a resposta seja negativa, o que determina qual guerra se aproxima suficientemente do ideal para se qualificar como "total"? As ambiguidades são tantas que um estudioso importante, Roger Chickering, chegou perto de concluir que o conceito deveria ser simplesmente descartado.

Creio que "guerra total" continua a ser um termo útil, mas apenas quando aplicado à guerra em um contexto político e cultural amplo. O que marcou os conflitos iniciados em 1792 não foi simplesmente seu escopo e sua intensidade radicalmente novos, mas também a dinâmica política que conduziu de modo inexorável os participantes em direção a um engajamento total e ao abandono dos limites. Mesmo antes de a França atacar a Áustria, muitos dos líderes políticos franceses tinham passado a ver a guerra dessa nova maneira, como um extremo insondável, estabelecido fora das fronteiras ordinárias da existência social, que poderia terminar apenas em vitória total ou em derrota total.

Essa visão levou a França a declarar guerra, não obstante lhe faltassem objetivos claros, práticos e estratégicos; produziu a convicção difundida de que os inimigos da França haviam eles próprios se inclinado a uma "guerra de extermínio"; ajudou a demonizar as populações inimigas e tornou quase impossível enxergarem-se soldados inimigos como adversários respeitáveis e não combatentes inimigos como espectadores inocentes; levou a França a conquistar cada vez mais territórios como uma zona de contenção contra aqueles inimigos e a impor reformas revolucionárias mesmo onde isso se desse ao preço de graves levantes. Tais ações levaram os inimigos da França, especialmente os rebeldes contrários às ocupações francesas, a adotar uma visão igualmente radical do conflito. Em suma, os franceses defensores da guerra estabeleceram uma

corrida ao abismo que não podia ser facilmente revertida, mesmo depois de terem eles próprios saído de cena.

Napoleão Bonaparte, a despeito de seu gosto pela conquista, não era um defensor consciente da guerra total (e menos ainda o lendário megalomaniaco sedento por sangue). Foi, contudo, a intensificação radical da guerra que lhe deu destaque e poder, e, no fim, ele já não podia contê-la: Napoleão foi, sucessivamente, produto, senhor e vítima da guerra total.

Como argumentou de modo convincente o estudioso francês Jean-Yves Guomar, é essa fusão entre política e guerra que distingue uma "guerra total" moderna de incidentes anteriores em guerras sem restrições e mesmo de extermínio. De conflitos assim, desnecessário dizer, a humanidade guarda um longo e lamentável registro antes do século XVIII. Tais conflitos não tiveram, no entanto (exceto em algumas áreas geograficamente confinadas, como as cidades-Estado), tentativas concertadas de subjugar, com fins exclusivamente militares, sociedades inteiras. Esse fator é o que aproxima os conflitos de escala continental de 1792-1815 das guerras mundiais do século XX. Efetivamente, o termo "guerra total" surgiu na França e na Alemanha no fim da Primeira Guerra Mundial, não apenas para descrever as lutas, mas também para ajudar a vislumbrar conflitos ainda mais violentos, nos quais as nações concentrariam todas as forças disponíveis para um golpe único, poderoso, destruidor. No discurso que na Segunda Guerra Mundial conferiu uma notoriedade especial ao termo - Joseph Goebbels gritando para uma multidão de nazistas no Palácio de Esportes de Berlim "Wollt ihr den totalen Krieg?" ("Vocês querem guerra total?") -, ainda se fazia referência a um futuro a ser realizado, não ao passado ou ao presente. Convocações ao engajamento total, observa Guomar, tenderam a vir muito mais de

líderes políticos civis do que de militares profissionais.

Esse é, portanto, o argumento essencial de A primeira guerra total. As transformações intelectuais do Iluminismo, seguidas pela fermentação política de 1789-1792, produziram novas maneiras de entender a guerra que tornaram possível a intensificação cataclísmica dos combates pelos 23 anos seguintes. Desde então, os mesmos processos deram forma ao modo pelo qual as sociedades ocidentais enxergaram o conflito militar e nele se engajaram.

Esse é um argumento novo. Entre os historiadores, o senso comum há muito atribui a intensificação da guerra depois de 1792 a dois diferentes fatores. Primeiro, eles citam a ideologia revolucionária, sugerindo que as guerras ganharam corpo a partir do conflito entre sistemas de crença fundamentalmente incompatíveis, um radicalmente igualitário e outro conservador e hierárquico. Depois, eles invocam o nacionalismo, argumentando que, embora guerras anteriores houvessem lançado casas dinásticas umas contra as outras, esses novos conflitos ocorreram entre nações inteiras que chegavam a novos estágios de autoconsciência.

Tanto ideologia quanto nacionalismo desempenharam papéis imensamente importantes na história desse período. Mas seriam eles os principais fatores conducentes à intensificação da guerra? Ambas as explicações datam do próprio período em questão e ecoam de forma muito clara justificativas para a guerra dadas à época. Por exemplo, o conservador britânico Edmund Burke, em 1796: "É contra uma doutrina armada que estamos em guerra [...] se ela puder existir, prevalecerá".

Ou o futuro estrategista militar Carl Von Clausewitz, em 1812: "*Agora não é o rei quem trava guerra contra o rei, nem um exército contra outro exército, mas um povo contra outro povo*".

Ademais, ambas as explicações reduzem a guerra a pouco mais do que um instrumento de objetivos políticos cambiantes. Nenhuma delas faculta qualquer objetivo de se tratar a guerra como uma atividade significativa e dinâmica por si mesma, que por sua vez tem efeitos profundos e complexos na política e na cultura (não surpreende que a famosa definição da guerra como "a extensão da relação política, conduzida por outros meios" deriva do período - do próprio Clausewitz).

Ambas as explicações também padecem de problemas cronológicos mais específicos. Considere-se que, mesmo durante o período mais radical da Revolução Francesa (terminado em 1794), nem todos os líderes franceses advogavam a expansão da ideologia revolucionária pela força. Seguiu-se um retorno à política dinástica nua e crua com Napoleão, que colocou três de seus irmãos e um cunhado em tronos estrangeiros e se casou ele próprio com a filha do imperador austríaco. Mesmo assim, foi justamente durante os últimos anos, os menos revolucionários de seu domínio, que as guerras aumentaram em amplitude e se tornaram mais ferozes na supressão de rebeliões contra o domínio francês.

O nacionalismo certamente contribuiu para as guerras. Os conceitos de engendramento de nações sob nova forma e de mobilização de populações inteiras ajudaram a inspirar desde a *levée en masse* (recrutamento em massa de soldados) da França em 1793 até a insurreição espanhola de 1808 contra Napoleão e a "guerra de libertação" alemã em 1813. O lema da "guerra de nações" havia, contudo, surgido na França e na Alemanha décadas antes da guerra revolucionária, enquanto o regime napoleônico terminou por minimizar a linguagem nacionalista, mantendo-se fiel a sua restauração da política dinástica e a sua transformação em um império multinacional. Os soldados mal treinados e mal

equipados da levée en masse tiveram importância porque eram muitos, mas sua ajuda no esforço de guerra francês foi menor do que supuseram seus contemporâneos.

Tentativas similares de recrutamento geral na Áustria e na Prússia também tiveram sucesso apenas parcial. Napoleão contou com soldados profissionais o máximo que pôde.

Quanto à guerra espanhola contra Napoleão, a qual ainda tem em geral a reputação de ter sido um levante espontâneo de todo o povo espanhol, grande parte da população na verdade permaneceu indiferente à guerra, ao passo que as atividades dos rebeldes por vezes se assemelhavam tanto ao crime organizado quanto à liberação nacional.

Neste livro, portanto, olho menos para nacionalismo e ideologia do que para as transformações daquilo que eu chamaria de a "cultura da guerra" entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do XIX - em outras palavras, grosso modo, durante o período de vida de Napoleão (1769-1821). Já mencionei aquela que foi a transformação mais importante: o modo pelo qual a guerra deixou de ser vista como um aspecto ordinário da vida social e passou a afigurar-se como algo inteiramente à parte do curso apropriado da história. Duas outras mudanças, relacionadas àquela, aconteceram ao mesmo tempo, e *A primeira guerra total* também as discute.

Primeiro, surgiram novas percepções das Forças Armadas. Eu argumento que foi nesse período que os "militares" vieram a ser definidos de forma duradoura como uma esfera à parte na sociedade, muito distinta da esfera "civil". A distinção não era desconhecida na Europa, mas havia anteriormente aparecido sobretudo em sociedades que buscavam ajuda de exércitos mercenários, como as cidades-Estado da Itália do Renascimento. Na maior parte da Europa, soldados comuns haviam com

frequência vivido afastados de não soldados e tinham um conjunto de experiências distinto, mas as ideias de "militar" e "civil" ainda não eram parte do vocabulário social. Decerto a própria palavra "civil", no sentido de "não militar", ainda não havia aparecido em dicionários ingleses ou franceses. Antes da década de 1790, um civilian [civil] em inglês significava um especialista em Direito Civil (ou seja, Romano). A distinção não existia porque os homens que dominavam as sociedades do Antigo Regime não estabeleciam fronteiras claras entre sua função profissional como oficiais militares e sua identidade social como aristocratas. Apenas na nova era da guerra a noção de "militar" como um mundo próprio, com suas próprias regras e valores distintos, operado por homens cujas experiências os desvinculavam de seus pares civis, ganhou corpo pela primeira vez. Somente então o substantivo civilian - em francês, civil - ganhou seu sentido moderno que nos é familiar.

É verdade que essa redefinição de "militar" coincidiu com o aparecimento de exércitos de cidadãos abastecidos por recrutamento. Já em 1793, os revolucionários franceses proclamaram todo cidadão do sexo masculino um soldado, ação que em certo sentido diminuiu as barreiras entre "militares" e "civis", e não o contrário. O recrutamento e o serviço militar obrigatório não significavam, todavia, que todo cidadão devesse sempre se comportar como um soldado, mas sim que todo cidadão devesse estar preparado para desistir da vida "civil" em tempos de emergência nacional e ingressar no domínio do "militar". Na verdade, os líderes militares das guerras revolucionárias e napoleônicas buscavam explicitamente desfazer os vínculos dos recrutas com a vida civil e lhes inculcar um ethos novo - um ethos militar. Neste sentido, o surgimento dos exércitos de recrutados na verdade reforçou a distinção entre militar e civil.

Essa nova separação de domínios deu origem por sua vez ao militarismo, outro fenômeno que não existia de fato antes de 1789. O militarismo, tal como eu o definiria, baseia-se precisamente na suposição de uma divisão muito clara entre sociedade "militar" e sociedade "civil", pois envolve a imposição dos valores daquela sobre esta. Os militaristas acreditam na superioridade moral das Forças Armadas sobre a sociedade civil: as primeiras são louvadas por sua disciplina, sua capacidade de auto-sacrifício e de superar adversidades; a segunda é desprezada como fraca, corrupta, absorta. Na Europa do Antigo Regime, a subordinação das Forças Armadas à aristocracia e aos príncipes tornava essa doutrina praticamente impensável, exceto, talvez, na Prússia de Frederico, o Grande - e mesmo aí, a noção de que um corpo militar autônomo pudesse vir a tomar o poder político para si teria soado totalmente absurda. Todo o propósito do exército era servir ao monarca. O militarismo moderno surgiu a princípio na França revolucionária e contribuiu para produzir o primeiro golpe de estado dos tempos modernos, o de Napoleão Bonaparte em 1799. A palavra "militarismo" surgiu mais ou menos ao mesmo tempo. Desde então, claro, tornou-se um elemento conhecido da cultura e da política do Ocidente moderno. Nos Estados Unidos dos dias atuais, o historiador Andrew Bacevich descreveu um "novo militarismo americano" que se expressa em tudo, seja em filmes como *Top Gun* [Ases indomáveis] ou na ideia difundida de que o serviço militar constitui uma qualificação essencial para um posto político elevado (pensemos nas candidaturas presidenciais de John Kerry e Wesley Clark em 2004).

Como resultado dessas mudanças, uma cultura da guerra que nos é estranha deu lugar, no início da década de 1800, a uma cultura que se reconhece facilmente hoje em todo o mundo ocidental, espe-

cialmente nos Estados Unidos. Na verdade, as atitudes americanas de hoje em dia às vezes parecem sinistra e particularmente próximas àquelas da Europa de Napoleão. Por um lado, os americanos de hoje geralmente percebem a guerra como uma situação excepcional - não obstante o fato de as Forças Armadas americanas haverem se envolvido em cinco grandes operações militares nos últimos 15 anos e manterem bases em um grande número de países.

Frequentemente, americanos referem-se à guerra como algo superado nas nações civilizadas. Políticos dos Estados Unidos acusam automaticamente os adversários do país de malfeitores criminosos e os ameaçam de perseguição e até mesmo de assassinato, sem nunca lhes fazer a cortesia de uma declaração formal de guerra. Mas muitos americanos, conforme observa Bacevich, têm um fascínio inabalável pela guerra, considerando-a um teste para o valor de sua sociedade. Tratam membros das Forças Armadas com um respeito que beira a reverência e dão por certa a impossibilidade de alguém que jamais tenha estado em combate compreender "como realmente é" a experiência e como ela muda uma pessoa. Essas atitudes, que hoje nos parecem atemporais e naturais, somente passaram a existir na Europa do final do século XVIII e começo do XIX, de onde posteriormente se expandiram pelo mundo.

É por esta razão que, se quisermos entender o lugar da guerra na imaginação moderna, precisamos viajar no tempo rumo à era dos mosquetes, canhões e barcos a vela. A tecnologia da guerra desde então mudou mais do que se pode pensar. Estratégia, tática e logística mudaram praticamente tanto quanto. Mas o lugar da guerra na cultura ocidental mudou muito menos, mesmo considerando-se as grandes transformações encetadas pelas duas guerras mundiais.

E, surpreendentemente, a história cultural da guerra na Europa de Napoleão permaneceu um território em larga medida inexplorado até muito recentemente e ainda carece de uma visada sistemática. É verdade que muitos aspectos da história contada aqui já apareceram em livros de história - o que dificilmente deixaria de ocorrer, pois existiam, segundo algumas estimativas, mais de 220 mil livros e artigos publicados sobre Napoleão e seu Império até 1980! Mas historiadores e cientistas sociais tentaram com muito menos frequência examinar o lugar da guerra na sociedade e na cultura do Ocidente, particularmente para períodos anteriores ao século XX. Antes de mergulhar na história propriamente dita, vale a pena discutir brevemente por que eles não o fizeram, pois esse contexto vai ajudar a mostrar de onde vem A primeira guerra total e como o livro tomou forma.

Podemos começar com o fato de que as ciências sociais modernas nunca entenderam verdadeiramente bem a guerra. Na verdade, muitas vezes preferiram nem tratar do assunto. Isso não ocorre principalmente porque muitos acadêmicos têm tendências pacifistas e poucos têm experiência militar, embora ambas as afirmações sejam verdade. Fundamentalmente, conforme observaram de modo perspicaz sociólogos como Hans Joas e Michael Mann, isso ocorre porque as ciências sociais, de modo geral, descendem justamente do pensamento liberal do Iluminismo, que desprezava a guerra como algo primitivo, irracional, estranho à vida civilizada. Mesmo o marxismo, que teve uma influência intelectual tão forte de meados do século XIX ao final do século XX, não se afastou inteiramente desse pensamento. Embora Marx enxergasse o conflito de classes (que se dá dentro das sociedades, não entre elas) como o motor da mudança histórica, ele ainda acreditava que tal conflito desembocaria em uma condição de harmonia

social e paz perpétua. Ele também não exaltou a violência como purificadora e redentora, ao contrário do que fariam alguns de seus seguidores no século XX. Uma corrente de filósofos e cientistas sociais do século XIX levou a guerra mais a sério, argumentando que sem ela as sociedades se enfraqueceriam e definhariam. Tais filósofos e cientistas sociais, no entanto, viviam sobretudo na Alemanha e praticamente sumiram de vista depois da Primeira Guerra Mundial.

Dentre os principais pensadores do século XX, um dos poucos a colocar a guerra no centro de suas reflexões foi um homem cujo reacionarismo político o indispôs com a tradição liberal das ciências sociais. O jurista alemão Carl Schmitt chegou ao ponto de colocar seu formidável intelecto a serviço de Adolf Hitler e de abraçar a perseguição nazista aos judeus. Mesmo assim, o ódio que ele sentia em relação ao pensamento liberal lhe proporcionou intuições [insights] incrivelmente aguçadas a respeito das consequências desse pensamento para a guerra, e nenhum estudioso do assunto pode se dar ao luxo de ignorá-las, por mais repugnante que o autor seja. O que acontece, indagou Schmitt, quando uma guerra é travada em nome da paz perpétua, quando se "desenrola, então, a cada vez na forma de 'derradeira guerra da humanidade'? Eis sua resposta: "Tais guerras têm de ser particularmente intensivas e desumanas porque ultrapassando o político, ao mesmo tempo degradam o inimigo em categorias morais e outras e precisam transformá-lo em um monstro desumano que não só precisa ser combatido, mas definitivamente aniquilado". Ao escrever essas linhas em 1932, Schmitt tinha em mente a Primeira Guerra Mundial e o Tratado de Versalhes, que impôs indenizações de guerra punitivas à Alemanha, mas a passagem também tem uma relevância para um período anterior - para o qual o próprio Schmitt chamou a atenção em trabalhos

posteriores. Em seu *Theorie dês Partisanen* [Teoria da guerrilha], que começa com a luta da Espanha contra Napoleão, Schmitt propôs utilmente o conceito de "inimizade absoluta" para descrever uma condição na qual cada lado nega a própria humanidade ao outro.

Por algum tempo, a profissão histórica diferiu dos cientistas sociais. No século XIX, a história ainda era predominantemente literária, uma arte narrativa, e o passado não oferecia um assunto mais dramático e atraente do que a guerra. Mestres como Ranke, Macaulay, Michelet e Parkman deram à guerra um lugar de destaque em suas obras, levaram a sério a ciência militar e puseram o clímax de batalhas no coração de suas histórias. No século XX, entretanto, a história assumiu uma direção mais científica, acadêmica, e muitos historiadores seguiram os cientistas sociais no caminho que afastava do campo de batalha. Os líderes da influente "Escola dos Annales" de história social, que se desenvolveu na França no início do século XX, esvaziavam explicitamente a "história dos eventos" - que denotava história militar em especial - em nome da ênfase em fatores econômicos, sociais e geológicos "mais profundos". O mais importante "annaliste", Fernand Braudel, atinha-se tão fortemente a esse princípio que foi capaz de produzir o copião de sua obra-prima, *O Mediterrâneo*, quando estava em um campo alemão de prisioneiros de guerra. Historiadores especialistas em século XX resistiram mais do que outros a essa tendência (algo não surpreendente, dado o impacto cataclísmico das guerras mundiais), mas em análises de outros períodos a guerra perdeu sua posição outrora proeminente.

Desde a década de 1980, muitos historiadores passaram a buscar inspiração na crítica literária e na filosofia pós-moderna, mas também essas disciplinas compartilham da aversão das ciências sociais pela guerra. Michel Foucault, um dos

filósofos contemporâneos de mais importância para historiadores, tinha um certo fascínio pela guerra, mas basicamente porque via a sociedade moderna promovendo ela própria uma "guerra silenciosa" por meio de um amplo espectro de práticas repressivas (invertendo a observação de Clausewitz, Foucault brincou dizendo que "a política é a continuação da guerra por outros meios"). Enquanto isso, na cena principal da historiografia resistem um desinteresse e uma ignorância surpreendentes da história militar pré-século XX. A *American Historical Review*, carro-chefe da profissão nos Estados Unidos, não publica um artigo sobre história militar napoleônica há mais de trinta anos.

A história militar não morreu, mas se tornou claramente segregada de outras áreas da história, quase uma disciplina à parte. Ela atrai muitos praticantes talentosos e originais, que, todavia, não formulam geralmente o mesmo tipo de pergunta que seus colegas especializados em domínios outros que não o militar. Esses historiadores se concentraram no desenvolvimento da tecnologia, da tática e da estratégia, na motivação e na eficácia do combate, na composição social das forças armadas e no modo pelo qual soldados comuns vivenciaram o combate. Um dos mais brilhantes e prolíficos dentre eles, John Keegan certa vez se queixou de que "*os historiadores militares nem sequer iniciaram uma tentativa de tramar os marcos e as fronteiras intelectuais de seu próprio campo de operações*". Por muito tempo, os historiadores militares lamentavelmente fizeram pouco para situar a guerra em um contexto cultural mais amplo.

Nos últimos anos, contudo, a situação finalmente começou a mudar. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, historiadores das ideias têm redescoberto o lugar central ocupado pela guerra e pela diplomacia no pensamento político pré-moderno. Na França, uma nova geração

de especialistas no período revolucionário finalmente começou a exortar o fantasma do historiador diplomático do fin-de-siècle Albert Sorel, cuja história, bastante intimidadora, das relações internacionais durante a Revolução, era movida por uma insistência redutora na primazia dos interesses nacionais franceses. Na Alemanha, historiadores culturais, como Michael Jeismann e Karen Hagemann, têm dedicado uma atenção renovada às formas modernas de militarismo e belicosidade. Em muito desse trabalho. Carl Schmitt permaneceu um ponto de referência proeminente e muito disputado.

Não é coincidência que esse novo trabalho tenha começado a aparecer desde o fim da Guerra Fria e que a reflexão sobre o assunto tenha se intensificado desde 11 de setembro de 2001. A competição entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, com seu baixo contínuo de guerra por procuração no Terceiro Mundo e sua ameaça de destruição mútua certa supostamente evitando um conflito aberto entre superpotências, fez parecerem muito distantes as esperanças utópicas e as lutas apocalípticas dos primeiros tempos da história contemporânea. Desde 1989, os paralelos e conexões passaram a se afigurar muito mais prementes e importantes. Tornou-se uma tarefa vital entender como a cultura moderna da guerra e da paz tomou forma.

A primeira guerra total enfrenta essa tarefa valendo-se tanto da história militar tal como tradicionalmente praticada quanto das formas de história cultural que se desenvolveram na última geração. Tento estabelecer algumas conexões entre esses campos injustamente separados, enfatizando tanto a centralidade da guerra para um período em relação ao qual ela tem sido ignorada pela maioria dos historiadores quanto a centralidade da cultura para as transformações militares que têm sido estudadas

essencialmente a partir de um ponto de vista operacional.

Como estou lidando com um assunto muito amplo, há algumas coisas que necessariamente não fiz nas páginas que se seguem e, em prol da clareza, vale a pena dizer quais são elas. Em primeiro lugar, os leitores não encontrarão aqui um balanço sistemático das guerras revolucionárias e napoleônicas. Conforme diziam com certa frequência as pessoas que viveram o período, parecia por vezes que o tempo se tornara insuportavelmente comprimido - "este quarto de século igualou muitos séculos" para citar Chateaubriand. Recontar as grandes batalhas por si só tornaria este livro duas vezes maior. De todo modo, os leitores podem buscar tal história em muitas outras fontes, a começar pelas magníficas histórias das guerras revolucionárias de Timothy Blanning, pela investigação sobre as campanhas de Napoleão de David Chandler e pelos estudos incisivos dos exércitos da Revolução Francesa de Jean-Paul Bertaud e John Lynn.

Dois outros assuntos importantes são relativamente tangenciais para o lugar cambiante da guerra na imaginação europeia à época, e recebem, portanto, uma atenção também menor. Um deles é a economia. Não pretendo negar a importância da concorrência econômica para iniciar as guerras ou a importância dos recursos econômicos e dos sistemas de gasto e tributação para que se as deflagrem, sem falar da maneira pela qual a França de Napoleão elevou a prática da pilhagem a uma arte. Mas exceto onde a economia impingiu fantasias, mitos e representações da guerra - por exemplo, no estabelecimento, por pensadores do Iluminismo, de um elo entre paz e comércio -, eu não lhe dedico uma atenção sistemática. O segundo desses assuntos - por mais doloroso que seja admiti-lo para um devoto de C. S. Forester e Patrick O'Brian - é a guerra naval. Também não tenho intenção de negar a

importância das marinhas no decorrer das guerras revolucionárias e napoleônicas. O domínio britânico dos mares, de modo geral, e as vitórias britânicas de Aboukir e Trafalgar, em particular, determinaram o resultado da guerra tanto quanto qualquer outro fator. A guerra naval, contudo, mudou muito menos do que a guerra terrestre durante esse período, e fora da Grã-Bretanha teve relativamente pouco a ver com o desenvolvimento da guerra total, quer com as crenças, histórias e mitos que dela surgiram.

Esta menção à Grã-Bretanha conduz a uma outra advertência. Embora as mudanças que examino fluíssem por toda a Europa, necessariamente me concentrei mais na França do que em qualquer outro país. A França esteve na encruzilhada do Iluminismo europeu; sua revolução e o surgimento de Napoleão foram eventos decisivos da época. O fenômeno da guerra total atingiu um terrível auge em 1793-1794, na região francesa da Vendéia. O militarismo moderno, tal como o defino, originalmente tomou forma na França no final da década de 1790. E, claro, foi a França quem levou adiante as guerras do período, inicialmente sob o governo revolucionário de 1792-1799 e depois sob Napoleão. As conquistas de Napoleão foram mais longe na criação de um império em escala europeia do que qualquer coisa desde o tempo de Carlos Magno, talvez até dos césores.

Com muitos dos meus colegas historiadores abraçando atualmente a doutrina da "história mundial", uma última omissão pode soar aos leitores como problemática: trato apenas muito raramente do mundo além da Europa. Será que esta decisão pode ser justificada com razões outras além do propósito habitual de manter este livro em um tamanho razoável? Enquanto eu escrevia, colegas muitas vezes me sugeriram que as origens da guerra total moderna certamente seriam encontradas nas fron-

teiras imperiais do início da época moderna. Certamente foi lá, muito antes da Revolução Francesa, que os europeus primeiro dispensaram noções de contenção cavalheiresca e empreenderam guerras brutais de extermínio contra supostos "selvagens". Ou os europeus não aprenderam o pior de seu comportamento em batalhas imperiais na Ásia, na África e nas Américas?

Na verdade, acredito que a resposta a essa pergunta é "não". Para começo de conversa, os europeus dificilmente necessitariam de impérios coloniais para aprender a arte do assassinato em massa. Os terríveis massacres das guerras religiosas da época da Reforma começaram muito antes de a maioria dos impérios europeus se transformar em algo muito maior do que entrepostos comerciais, e os piores exemplos ocorreram em estados alemães, que não tinham colônias. O desenvolvimento dos impérios ultramarinos francês e britânico coincidiu com a introdução de relativas moderação e contenção da guerra na Europa, não com seu desaparecimento.

As potências europeias muitas vezes cometeram atrocidades em suas fronteiras coloniais, mas é simplesmente errado pensar que elas normalmente se comportavam de maneira sistematicamente exterminadora em relação a populações autóctones. Muitos impérios europeus nesse período eram surpreendentemente frágeis e pouco difundidos. Os europeus dependiam dos nativos, como parceiros comerciais, guias e aliados militares. As potências europeias negociavam continuamente com as autoridades indígenas e, na verdade, tentavam instruí-las quanto aos ritos peculiares da guerra europeia. Episódios como a Guerra Franco-indígena - quando os franceses ajudaram a exterminar uma tribo de índios em uma região situada no que hoje corresponde ao estado americano de Wisconsin - tendiam a ocorrer não como resultado de uma agressão

planejada, mas quando essas redes e alianças frágeis se rompiam e quando europeus se viam envolvidos em guerras entre entidades indígenas. Mesmo no século XIX, como sugeriu Isabel Hull em um estudo recente sobre a porção alemã do leste africano, o ambiente colonial basicamente proporcionava aos europeus um laboratório para testar suas próprias ideias preexistentes sobre guerra. "Os alemães", conclui a autora, "não aprenderam nada da guerra colonial que não confirmasse sua ideia preconcebida sobre o modo correto de se lutar em guerras".

Isso se aplica com mais força ainda à França do século XVIII, por uma razão simples. Poucos anos atrás, o historiador francês Jean-Clément Martin confessou seu espanto quanto à absoluta incompetência dos revolucionários franceses que tentaram dar fim à insurgência sangrenta na região da Vendéia em 1793-1794. Certamente, especulou Martin, os soldados franceses haviam adquirido uma experiência considerável com guerras desse tipo, de guerrilha irregular, fora da Europa. Mas será isso verdade? Embora muitos militares franceses houvessem combatido nas Américas, na Índia e na África nas décadas de 1770 e 1780, os distúrbios da Revolução atropelavam todo esse emaranhado de experiências.

Mesmo antes da rebelião da Vendéia começar, quase todos os oficiais do Antigo Regime tinham renunciado ou sido dispensados, e os veteranos pré-1789 compunham uma minoria dos soldados rasos. A rigor, os exércitos revolucionários inicialmente não tinham experiência colonial quase nenhuma. Eles logo a ganhariam, no entanto, especialmente, como veremos, no Egito e no Haiti. E então começariam a exportar a nova cultura de guerra da Europa para o resto do mundo, à custa do mundo.

Uma palavra final à guisa de introdução. Escrevi A primeira guerra total para leitores em geral, não para meus colegas historiadores. Tentei, por-

tanto, na medida do possível, incrustar meus argumentos em apontamentos e histórias - eventualmente, algumas até muito impressionistas -, e não apenas em análises. Ao adotar essa abordagem, tive sorte em pelo menos um aspecto, pois poucos períodos oferecem uma concentração tão rica de eventos vívidos e cativantes - com muita frequência, aterradoramente cativantes. Poucos períodos proporcionam personagens tão incríveis, a começar pelo próprio Napoleão Bonaparte. Ao descrever tais eventos e personagens, vali-me não apenas de minha própria pesquisa original, mas também, naturalmente, dos ricos canais de conhecimento especializado que se encontram na literatura acadêmica. Se tais qualidades não tornam o livro completo e definitivo sobre o assunto, e se os especialistas acharem que algumas histórias já são conhecidas, paciência. O livro é uma viagem exploratória, não um levantamento exaustivo de um terreno arquivístico intacto. Mas vivemos um momento que necessita de ensaios acessíveis, pelo menos tanto quanto de monografias de peso. Pois como os americanos vêm descobrindo nos últimos anos, poucos assuntos são mais arriscados de se discutir de forma abstrata e árida, sem medida dos custos humanos envolvidos - sem ouvir os gritos, ver os corpos, cheirar a pólvora e o sangue - do que a guerra.

x-x-x-x-x-x-x-x-x

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel

AHIMTB/RS

www.ahimtb.org.br

www.acadhistoria.com.br

Para a reflexão dos leitores:

***"A nação francesa renuncia travar
qualquer guerra cujo objetivo seja a
conquista e nunca mais vai empregar suas
forças contra a liberdade de qualquer
povo"***

Assembleia Nacional Francesa em

22 de maio de 1790.